

# MEMÓRIA DO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Ms. ÂNGELA CELESTE BARRETO DE AZEVEDO

Doutoranda em Educação Física – Universidade Gama Filho  
E-mail: angelacbazevedo@bol.com.br

Ms. ANDRÉ MALINA

Doutorando em Educação Física – Universidade Gama Filho;  
Professor Auxiliar – Universidade Estácio de Sá  
Professor Adjunto – Universidade Católica de Petrópolis  
E-mail: andremalina@uol.com.br

## RESUMO

*A formação em educação física no Brasil origina-se no meio militar. Nos anos de 1930 começaram a funcionar cursos de educação física em vários estados do Brasil, até ser criada em 1939 a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), no Rio de Janeiro. O presente estudo, desenvolvido em dissertação de mestrado, verifica as continuidades e descontinuidades nas modificações curriculares ocorridas em 1969 e 1987 no curso de graduação em educação física, partindo da criação da ENEFD. Foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental e do depoimento oral como procedimentos metodológicos. Os dados obtidos demonstraram como o processo indutivo de herança cultural se fez tão presente, permanecendo sem grandes alterações a prescrição curricular em educação física, a não ser em termos de inclusão, exclusão e/ou fusão de disciplinas, com ênfase no enfoque técnico-biológico e esportivo.*

*PALAVRAS-CHAVE: Currículo; história; educação física.*

## INTRODUÇÃO

Atualmente a questão curricular tem sido discutida de forma recorrente. Vivemos um período de reformulação curricular, com diferentes propostas para novas diretrizes da graduação em educação física, o que irá destituir as diretrizes propostas na resolução n. 3/87. Por outro lado, partindo da Lei de Diretrizes e Bases, estão sendo criados Institutos Superiores de Educação, para formação de professores da educação básica, incluindo os futuros professores de educação física. Entretanto, para entendermos a presente época, faz-se necessário compreendermos o processo histórico curricular da educação física.

O presente estudo é parte de dissertação de mestrado (Azevedo, 1999), e partiu do pressuposto que o atual pensamento curricular do curso de graduação em educação física no Brasil é construído e influenciado pelo contexto produzido no decorrer de sua história, assumindo características de forma e de perspectiva prática muito próximas do currículo proposto para o primeiro curso de graduação superior em 1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Assim, procurou-se investigar as continuidades e descontinuidades no desenvolvimento da concepção curricular do curso de graduação em educação física no Brasil no período de 1939 a 1987, partindo do levantamento histórico do processo que culminou nas reformulações curriculares de 1969 e 1987. Com isso, espera-se demonstrar o processo indutivo de pensar e fazer currículo relacionado à herança histórica.

## METODOLOGIA

Propõe-se estudar o currículo do curso de graduação em educação física com base na perspectiva histórico-crítica de currículo. Dessa forma, são analisados dados históricos obtidos nas décadas de 1930, 1960 e 1980 a partir das pesquisas bibliográfica e documental e do depoimento oral. Tais décadas foram selecionadas por localizarem marcos históricos sobre o referencial teórico de prescrição do currículo do curso de educação física no Brasil.

### DAS ORIGENS DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ATÉ A CRIAÇÃO DA ENEFD, EM 1939

As origens da formação em educação física no Brasil encontram-se nas Escolas da Marinha e Militar. Era utilizado oficialmente o método alemão para o ensino das atividades esportivas nos estabelecimentos militares, até ser substituído pelo método francês em 27 de abril de 1921, por força do decreto n. 14.784 (Marinho, 1953).

Em 9 de outubro de 1933, através do decreto n. 23.232, foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) no Rio de Janeiro, que formou além de oficiais e sargentos, alguns civis como monitores. No estado de São Paulo foi também regulamentada a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, em 28 de maio de 1936, pelo decreto n. 7.688.

Já em ambiente civil, até ser criada, em 1939, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), na então Universidade do Brasil, registram-se durante a década de 1930, cursos de formação em educação física nos estados do Espírito Santo, Pará, Pernambuco, São Paulo, funcionando sem regulamentação e pautados no modelo dos cursos militares, que por sua vez utilizavam o chamado método francês para o ensino de atividades ministradas. Além desses cursos, destaca-se a criação em 1938, de um chamado curso de emergência, promovido pelo Departamento de Educação Física e orientado didaticamente pela EsEFEx.

Esse curso de emergência foi criado para formar instrutores de educação física da sociedade civil, mas parte do corpo docente da ENEFD era formado por pessoas que o concluíram. Assim, é pressuposto que o curso de emergência teve também como objetivo a formação de profissionais para atuar na docência da ENEFD (Malina; Azevedo, 1998).

Desde aproximadamente 1936-1937, segundo conta a professora Maria Lenk em entrevista, já havia um movimento na EsEFEx para a criação da ENEFD. Daí, sua criação é dada por influência direta dos militares do exército, aliado ao conhecimento científico dos médicos. Da mesma forma, seu currículo, que se tornou padrão para as demais escolas de educação física surgidas no país, seguia o modelo da EsEFEx e, por conseguinte, o chamado método francês também foi adotado com a perspectiva de ênfase técnico-biológica.

Dos cursos oferecidos pela ENEFD, o de licenciatura tinha duração de dois anos – um a menos em relação às outras licenciaturas – sendo exigido dos candidatos o nível escolar correspondente ao ensino fundamental, além de não conter em sua grade curricular, disciplinas pedagógicas.

O corpo docente do currículo da ENEFD era então composto por pessoas que concluíram o curso de emergência e também o curso regular da EsEFEx, destacando o ingresso somente de médicos para a docência das disciplinas que compunha as cadeiras *teóricas*, segundo depoimento do professor Gonçalves, docente nessa época. Cabe ressaltar ainda que nem todos os docentes da escola tinham curso superior. Quanto aos docentes das disciplinas que compunham as cadeiras *práticas*, segundo depoimento de três docentes desse período, a maioria tinha destaque desportivo.

A professora Maria Lenk, antes mesmo de fazer parte do primeiro corpo docente da ENEFD, foi convidada a integrar o corpo docente da turma feminina do curso de emergência porque tinha o curso de educação física da Escola de São Paulo e era destaque esportivo, conforme se pode notar em seu depoimento: “[...] o ministro da Educação Gustavo Capanema foi alertado por aqueles oficiais da EsFEEx de se interessar pelos então campeões e eu era campeã de natação. Aí, ele mandou me chamar em São Paulo... para integrar o corpo de professores docentes de um assim chamado curso de emergência, precursor da Escola de Educação Física [...]”.

Assim, a conclusão sobre esse processo era a de que os profissionais que saíam formados pelo curso da ENEFD eram estritamente técnicos, desprovidos de fundamentação teórica consistente.

Cabe salientar, ainda, que diversos professores catedráticos tinham ou tiveram alguma ligação com o governo, como, por exemplo, o professor Alfredo Colombo, o professor Gonçalves e o professor Vitor Macedo que eram ligados à Polícia Especial (Castellani Filho, 1991), além do próprio diretor da escola, o major Inácio Freitas Rolim (Melo, 1996). Isto corrobora a questão das relações existentes entre corpo docente da ENEFD e poder emanante do governo.

#### A MODIFICAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM 1969

A modificação curricular do curso de educação física, em 1969, deu-se em decorrência de um processo histórico que compreende uma série de fatores relacionados. Tentaremos levantar alguns desses fatores de relação.

Com a deposição de Getúlio Vargas e o desaparecimento do Estado Novo, a partir de 1945, o decreto-lei n. 8.270/45 passa a duração do curso de dois para três anos, promovendo mudanças no currículo de ordem quantitativa, com o aumento de carga horária das disciplinas. Segundo a professora Maria Lenk: “Eram as mesmas disciplinas... Aumentava a matéria de cada professor”.

Em 12 de maio de 1953, a lei n. 1.921, promove no curso superior de educação física equivalência às outras licenciaturas, passando a exigir também a conclusão do 2º ciclo do ensino médio, atual ensino médio, aos candidatos a ingresso, exigência que só veio a ser atendida definitivamente a partir de 1955.

O início da década de 1960 no Brasil, em sintonia com o de outros países, foi marcado por um período de grande efervescência no campo educacional, político, econômico, social etc. O cenário político traz Jânio Quadros e João Goulart governando o país.

A frágil democracia nesse governo de Quadros e Goulart começa a se perder, especialmente pela desarmonia contraditória do modelo econômico com a

ideologia nacionalista. Como conseqüência, Jânio Quadros renuncia em 25 de agosto de 1961 e Goulart assume um governo marcado por refletir uma preocupação com a descentralização nos campos político, econômico e educacional. Neste último, pode-se citar, por exemplo, a criação de programas inovadores como o de Paulo Freire.

Outro importante acontecimento de ocorrência na esfera educacional, apesar das manifestações contrárias de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, UNE (Conselho Nacional dos Estudantes), foi o sancionamento da lei n. 4.024/61, complementando a Constituição de 1946 no sentido de regular a ação educacional da União, dos estados, dos municípios e da atividade particular (Faria Junior, 1987). Particularmente à educação física, essa lei traz no art. 22 a imposição da obrigatoriedade da sua prática nos cursos primários e médios, atual ensino básico, até a idade de 18 anos. Além disso, é promovido também no art. 70, uma forma do que viria a ser, mais tarde, o currículo mínimo para todas as licenciaturas, com um núcleo de disciplinas obrigatórias, objetivando garantir uma adequada formação cultural e profissional.

Dessa forma, foi aprovado, em 1962, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), o parecer n. 292/62 do relator, conselheiro Valmir Chagas, estabelecendo as matérias pedagógicas que deveriam compor os currículos relativo aos cursos de licenciaturas. Em seguida, foi aprovado pelo CFE o parecer n. 298, de 17 de novembro de 1962, que estabeleceu distintamente o currículo com um núcleo obrigatório de matérias para os cursos de formação em nível superior do professor de educação física e do técnico desportivo. Em ambos os casos, as matérias pedagógicas compuseram o núcleo obrigatório determinado, de acordo com o parecer n. 292/62. Além disso, a matéria pedagogia também deveria compor esse núcleo, substituindo a metodologia da educação física dos desportos (DaCosta, 1998; Faria Junior, 1987).

Entretanto, em 1963, o professor Waldemar Areno, ao consultar o CFE sobre que diretrizes seguir para proceder à substituição da cadeira de metodologia na ENEFD pela de pedagogia, acabou por produzir como conseqüência a não inclusão das matérias pedagógicas no currículo do curso de educação física. Contudo, Fernanda Barroso Beltrão, professora instrutora do departamento de ginástica e recreação nessa época, declara em entrevista, que "A parte pedagógica realmente não era dada, o que nós fazíamos, mesmo antes em 56, [...] a cadeira de ginástica [...] dava a prática de ensino no Parque Getúlio Vargas, aqui na entrada do túnel" (Escola Nacional, 1963).

Assim sendo, quando questionada se o grupo de professores que tinha uma preocupação com a fundamentação pedagógica, o qual ela fazia parte, fazia alguma resistência diante do fato de as disciplinas pedagógicas não terem sido incluídas

naquele ano de 1962, ela esclarece que tal fato passava despercebido diante dos professores que eram assistentes ou auxiliares. "Naquele tempo havia a congregação e era tudo mais centralizado entre a congregação e os titulares [...] Os auxiliares de ensino eram mais ou menos passivos aos que os titulares diziam. [...] Então quem mandavam eram *e/es*."

O professor Alfredo Faria Junior, aluno da escola em 1961, confirma e acrescenta tais fatos, que mesmo os alunos do diretório acadêmico também não tomavam conhecimento de leis e pareceres relacionados ao curso de educação física (Escola Nacional, 1963, n. 18).

Em março de 1964, os militares aplicaram um golpe de Estado, destituindo João Goulart do poder. Os Estados Unidos conduziram, fomentaram e mantiveram a ditadura militar no Brasil. Isto posto, seria inevitável a influência norte-americana na educação de nosso país. Dessa forma, em 1966 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e United States Agency for International Development (Usaid) firmavam acordos tendo por objetivo a efetivação da reforma universitária no Brasil, aproximando tal sistema universitário ao modelo de universidade dos EUA, com ênfase na privatização do ensino (Faria Junior, 1987).

Assim sendo, a lei n. 5.540/68, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências, conduzindo o ensino à massificação com a proliferação de cursos de nível superior e aumento de escolas estaduais de 1º e 2º graus, atual ensino fundamental e médio. O curso de educação física, por exemplo, somente no estado de São Paulo, de apenas um funcionando no início da década de 1950, passou para perto de trinta até o início da década de 1970 (Tojal, 1989).

Para o ensino superior ser conduzido à massificação, "a solução encontrada foi um conjunto de medidas cujo resultado deveria ser a diminuição do custo da matrícula adicional" (Cunha, 1979). Para Tojal (1989) passou a se encarar a educação baseada no modelo administrativo das grandes empresas.

O início do empreendimento da reforma no curso de educação física foi marcado pela constituição de um grupo de trabalho pelo diretor do Departamento de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura (DEF-MEC), em julho de 1968, presidido pela professora Maria Lenk, então diretora da ENEFD. Esse grupo de trabalho foi criado para colaborar com o CFE em sua revisão de currículo das Escolas de educação física e Desportos do Brasil (Brasil, 1968).

Segundo o depoimento da professora Maria Lenk, ocorreu uma reunião com os diretores de escolas de educação física do Brasil para discutir a implantação do novo currículo, e o professor Faria Junior foi seu convidado por ser ex-aluno da escola e por ser uma pessoa estudiosa nessa área. Além da professora Maria Lenk,

dos professores Alfredo Faria Junior e Fernanda B. Beltrão, outros dois entrevistados que vivenciaram as questões aqui retratadas são unânimes em afirmar que o currículo era discutido basicamente em termos de organização de disciplinas a serem incluídas e excluídas, não havendo nenhuma teoria curricular ou autores sendo consultados. A professora Maria Lenk ainda salienta que a discussão mais importante era sobre a obrigatoriedade da educação física no ensino. Já o professor Faria Junior diz que “basicamente foi uma só reunião que envolveu a vinda de professores de São Paulo [...]” e que evidentemente “existia uma matriz curricular [...] por trás, como idéias ideológicas etc. Entretanto, o que era discutido era apenas inclusão e exclusão de disciplinas, quais seriam incluídas no currículo mínimo e como é que seria a parte diversificada do currículo pra completar o currículo pleno [...]”. E a professora Fernanda B. Beltrão ainda acrescenta: “A preocupação central era com a prática que se ia exercer na escola, [...] A concepção curricular era discutida, [...] mas como uma técnica, como organizar o currículo, quais são os programas – era mais estrutura curricular – não tinha a teoria, [...]”.

O professor Alfredo Faria Junior afirma também, confirmado pela professora Fernanda B. Beltrão, que deve ser considerado a influência e o prestígio de alguns professores na seleção das disciplinas que vieram a compor o currículo mínimo. Cabe considerar, portanto, que os interesses eram atendidos diante de uma ordem política de caráter pessoal e/ou coletivo de grupo. A professora Fernanda B. Beltrão confirma, por exemplo, que as disciplinas de cunho pedagógico, introduzidas com essa resolução n. 9/69, passaram a ser ministradas por professores da escola de educação física. Apesar de um grupo de professores defender que a parte pedagógica deveria ficar na escola de educação física, “a professora Maria Lenk, que politicamente não queria alguns professores na Escola de educação física, aproveitou para desmembrar, mandar os professores que seriam da pedagogia, que dariam história, administração para a Faculdade de Educação num ato intempestivo. Lá chegando, estes professores ficaram isolados num departamento próprio: “[...] em vez de ter sido integrados no departamento de didática e de pedagogia, durante muito tempo nós funcionamos lá como um quisto”.

A professora Maria Lenk quando questionada sobre o que foi feito com professores ministrantes de disciplinas que passaram para outro centro, como psicologia, desconversa dizendo:

Você sabe que esse é um detalhe que me escapa, porque aí nós introduzimos outras matérias, por exemplo, houve uma matéria que se chamava Estudos dos Problemas Brasileiros, e essa ficou na escola. [...] Essa modificação, seria melhor você consultar o que está escrito, que com toda segurança, eu não consigo lembrar. [Entrevista concedida aos autores]

Tais fatos são elucidativos do porquê de disciplinas pedagógicas serem oferecidas, até hoje, por faculdades de educação para os acadêmicos do curso de educação física nas universidades federais, e não pelo próprio curso. Como a ENEFD era padrão para as demais escolas do país, essa ordem estabeleceu-se e estendeu-se, talvez até por adequação, às disciplinas da área médica também.

Desta forma, os profissionais que saíam formados por esse modelo de curso continuavam essencialmente técnicos, com uma fundamentação teórica de atendimento ao exercício da técnica profissional exercida, ainda desprovida de um corpo filosófico-sociológico consistente, apesar das disciplinas pedagógicas.

#### A MODIFICAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM 1987

A reforma curricular do curso de educação física, ocorrida com a resolução n. 3/87, foi decorrente de uma série de discussões compreendidas no período de 1978 a 1986.

Tal período foi marcado em termos político-econômicos, especialmente, pelo processo de abertura política e desgaste do governo militar, pondo fim a 21 anos de ditadura, e também pelo agravamento das crises econômicas e a decorrente inflação desenfreada, recessão, deteriorização dos serviços públicos, corrupção etc.

Diante desses fatos, a oposição política fortaleceu-se, os trabalhadores organizaram-se fazendo surgir sindicatos e associações, como a de professores e especialistas em educação. Um novo contexto delineou-se gradativamente, fomentando o debate sobre os problemas da educação brasileira em diversos seminários promovidos no decorrer desse período, além da política de governo de incentivo à pós-graduação. Entretanto, na prática pedagógica mantiveram-se as características tradicionais de ensino permeado por princípios liberais (Moreira, 1995).

Ante esse contexto e em meio aos diferentes debates ocorridos no âmbito universitário, foi promovido em agosto de 1978, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), um seminário que marca o início das discussões sobre a reforma curricular do curso de educação física. O professor Alfredo Faria Junior procurou facilitar o acesso à universidade, mas como estava saindo do Brasil para cursar seu doutorado na Bélgica, só veio a participar desse processo mais tarde. A participação nesse seminário veio a ser composta por diretores de escola de educação física, professores, médicos, representantes do assessor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), representante da Capes, todos convidados pelo coordenador do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura (DED-MEC). A maioria dos profissionais da área de educação física era do Rio de Janeiro e apresentou suas propostas de currículo.



A discussão desse seminário da UERJ, segundo o sub-secretário da Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC (Seed-MEC), professor Herbet Dutra, levou à elaboração de um documento com uma proposta da formação em educação física com habilitações específicas, seguindo a indicação do CFE n. 22/72. Em seguida, as instituições de ensino superior com curso de educação física receberam cópia desse documento e passaram a realizar reuniões para discutir a proposta curricular. Os relatórios dessas reuniões ocorridas em estados de todo o país, no período de 1978 a 1982, eram enviados ao DED-MEC, que também participava com representantes, quando solicitados. Novas propostas foram sugeridas e levadas à discussão pela Comissão de Currículo na Faculdade de Educação da UFRJ. Os termos elaborados nessa reunião – que também veio compor o anteprojeto de reforma curricular – foi, por sua vez, levado em discussão e votação no último seminário, ocorrido em 1982, na cidade de Curitiba.

Conforme o depoimento do professor Alfredo Faria Junior, a base de modelo de currículo num primeiro momento veio da Alemanha. Ele esclarece que depois do seminário da UERJ,

foi um grupo à Alemanha, [...] Estava havendo um racha no Brasil a cerca de que modelo adotar para a pós-graduação, o modelo americano ou europeu, o qual o modelo alemão era um exemplo bastante marcante. Na Europa você ia direto pro doutorado. [...] Mas acontece que tinha uma força maior agindo sobre isso que foi a Capes, que optou pelo modelo americano. [...] No primeiro plano nacional de pós-graduação a EF tinha sido excluída e aí o Herbet Dutra conseguiu introduzir a EF. [...] Mas com a entrada da Capes nisso, foi mandado um grupo para os Estados Unidos.

Tais grupos trouxeram suas contribuições também para a reforma curricular. Obteve-se, por exemplo, com base na análise desses especialistas, que os currículos de professores de nível superior de instituições européias, americanas e japonesas não têm currículo mínimo na forma adotada no Brasil, mas contêm campos que abrangem grandes áreas de conhecimento. Nesses países, é concedida a cada instituição a competência de elaborar o currículo que atenda aos objetivos educacionais, e o perfil do profissional que desejar formar.

O seminário ocorrido em Curitiba constituiu um marco porque dele saiu a aprovação de um anteprojeto que serviu como base para estabelecer os termos da resolução n. 3/87. Os membros da Comissão de Currículos da Seed-MEC iniciaram as atividades do seminário apresentando um painel de informações, objetivando estabelecer uma linha filosófica de currículo, definir o perfil do professor de educação física e propor disciplinas com as respectivas ementas. Em seguida foram formados três grupos de trabalho para elaborar conclusões, que após serem apresen-

tadas e colocadas em votação vieram a constar no documento final, denominado anteprojeto. Esse anteprojeto do currículo foi encaminhado ao CFE em 30 de agosto de 1983, pelo ofício Seed-Suefi, n. 30.166. Cabe destacar a presença de profissionais que defendiam a idéia de um currículo por habilitações, no sentido de fragmentar a profissão, e com ideologias diferenciadas. Essa idéia foi bastante combatida e enfraquecida na reunião anterior a de Curitiba, realizada em Florianópolis.

O professor Alfredo Faria Junior esclarece, em entrevista, que a proposta de fragmentação por habilitações do currículo do curso de educação física, defendida pelo professor José Guilmar Mariz de Oliveira da Universidade de São Paulo (USP) e professores de Vitória – que eram muito influenciados pela USP –, apesar de nem sequer ter sido discutida nesse encontro de Curitiba, acabou por ser introduzida com o bacharelado. Ele sempre defendeu uma formação generalista, considerando que o mercado “é uma coisa volátil. Mercado é temporal, o currículo prepara pro passado, não prepara pro futuro, e eu acho que o que faz andar a formação profissional é o quadro epistemológico que vai nortear a composição curricular”.

De fato, em 18 de maio de 1984, o CFE criou um grupo de trabalho para efetivar a reforma curricular, composto por oito especialistas (portaria n. 10/84). Promoveram-se duas reuniões em Brasília. Foi enviada uma cópia do documento, produzido na primeira reunião de Brasília, com as conclusões para as IES com curso de educação física (ofício n. 1.672 de 16 de julho de 1986). O professor João Batista Tojal declara, nesse propósito, que participou de uma reunião convocada pelo CFE. Nessa reunião seria votada uma proposta curricular a qual ele se opunha, e juntamente com outros colegas, conseguiram retirar da pauta da reunião a votação, transferindo a discussão para a Seed-MEC. A Seed-MEC diante do sub-secretário, o professor Herbet Dutra, conseguiu reunir um considerável número de diretores de IES que ofereciam cursos de educação física. Durante os três dias de reunião, os diretores foram divididos em grupos para discutir e apresentar termos referentes aos temas propostos, baseados no documento enviado às IES, em julho de 1986. O grupo do qual o professor João Batista Tojal fazia parte apresentou a proposta de bacharelado, já implantada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição a qual estava vinculado. Quanto à proposta do bacharelado, o professor João Batista Tojal esclarece em entrevista que a aprovação se deu sem a compreensão exata do que seria o bacharelado.

O professor Herbet Dutra relata que nos dias 2 e 3 de setembro de 1986, o grupo de trabalho voltou a reunir-se em Brasília para processar e analisar as 51 respostas recebidas dessas IES. Com base nas considerações estabelecidas, foram elaborados o parecer n. 215 de 16 de junho de 1987 e a resolução n. 3/87. Essa resolução, além de propor a implantação da licenciatura e/ou bacharelado, propôs

também um aumento da carga horária do curso – passando de três para quatro anos a sua duração, e que as disciplinas fossem distribuídas pelas seguintes áreas de conhecimento, divididas em duas partes, com respectivas porcentagens em carga horária: 1) formação geral, subdividida em: a) área de conhecimento de cunho humanístico – compreendendo o conhecimento filosófico, do ser humano e da sociedade, com apenas 20% da carga horária total destinada – e b) área de conhecimento de cunho técnico – compreendendo a área de conhecimento técnico, com 60% da carga horária total destinada; e 2) aprofundamento de conhecimentos, compreendendo 20% da carga horária total.

## CONCLUSÕES

A perspectiva histórica do currículo possibilita-nos ver o currículo como um meio de se transmitir um conhecimento relacionado a interesses, valores, concepções sociais de uma sociedade e de seu processo histórico constituído. No decorrer desse processo histórico, as mesmas palavras e conceitos referentes a currículo podem gerar diferentes significados. Por isso, Silva (1995) afirma que ele está em constante fluxo e transformação.

Além disso, o currículo escolar, seja do ensino básico ou superior, ora proposto por uma grade curricular com uma composição de disciplinas, tem origem no passado. Esse modelo de currículo, sem que se perceba, vem sendo reproduzido no decorrer de um processo histórico, embora com propósitos e significados diferenciados, mas como se houvesse somente essa forma de fazer currículo escrito.

O levantamento do fazer currículo escrito em educação física, desde a criação da ENEFD, desde 1939 até 1990, confirma tal fato, demonstrando os elementos presentes, determinados historicamente.

Como já se viu, dada a influência dos militares do Exército na criação da ENEFD, a organização curricular dos cursos oferecidos era baseada no curso da EsEFEx, contendo disciplinas de cunho predominantemente técnico-desportivo e biológico, que por sua vez contava com os conhecimentos científicos detidos pelos médicos. Cabe destacar que todo o corpo docente – inclusive os chamados teóricos – tinha formação em cursos promovidos pelo meio militar, especialmente o Exército.

Quando o curso passa a ter a duração de três anos, em 1945, foi apontada uma reorganização somente na carga horária das disciplinas, permanecendo contínua a mesma concepção curricular da criação da ENEFD. A reforma universitária, desencadeada no final da década de 1960, veio promover uma mudança curricular substancial no curso de educação física, por imposição do currículo mínimo pela

resolução n. 9/69, do antigo CFE. Entretanto, as rupturas e disjunturas que houve ocorreram na composição de disciplinas, no sentido de incluir as disciplinas obrigatórias pela legislação que não faziam parte do currículo, como as de cunho pedagógico, e eleger aquelas que deveriam compor esse núcleo obrigatório. Permanece a continuidade da preponderância das disciplinas técnico-biológicas e desportivas na prescrição teórica do currículo do curso de educação física, apesar da introdução de disciplinas pedagógicas.

Aproximadamente dez anos depois da resolução n. 9/69, iniciou-se a discussão processual com objetivos de promover uma reforma curricular no curso de educação física, que desembocou na resolução n. 3/87. Essa resolução promoveu um avanço pioneiro em termos curriculares, devido à proposta de currículo por áreas de conhecimento, que dava autonomia às IES para estabelecer seus currículos de acordo com as peculiaridades regionais. No entanto, apesar da abertura, na prática o currículo modificou-se essencialmente na organização das disciplinas para cumprir a exigência da reforma, sendo algumas disciplinas excluídas e/ou fundidas e outras incluídas, mantendo a continuidade de ênfase no enfoque técnico-biológico e esportivo, com contribuição da própria carga horária exigida pela resolução.

Assim sendo, após a minha tentativa de delinear o processo histórico curricular da educação física nesse período de 1939 até 1987, espero contribuir para essa época de transição em que vivemos no que diz respeito ao currículo, levantando questões e apontando caminhos para a evolução da educação física.

### Memory of the curriculum of professional formation in physical education in Brazil

*ABSTRACT: Physical education (P.E.) teachers' training in Brazil has its roots in military institutions. During the 30's, civilian undergraduate courses began to operate including the Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) (National School of P.E. and Sports) in 1939, in Rio de Janeiro. The present study aims to describe and analyse in terms of comparative historical research, the curriculum changes in P.E. undergraduate beginning with the creation of the ENEFD. The methodological options were bibliographic survey, document examination and oral history focussing the critical theory on curriculum in terms of sociological rationales. The results of this investigation identified backlashes from theoretical construction of the curriculum as well as demonstrating the low influence of cultural heritage. These facts were interpreted as result of different thinking from traditional prescriptions on curriculum development. Thus, the curriculum did not present meaningful changes in practice, except when related to inclusion, exclusion and combination of disciplines, mostly when emphasis was put in biological and sportive focus.*

*KEY-WORDS: Curriculum; history; physical education.*

(continua)

Memória sobre el currículo de formación profesional  
en educación física en Brazil

*RESUMEN: La formación en educación física en Brazil se origina en el medio militar. En los años 30 empezaron a funcionar cursos de educación física en varios estados de Brazil, hasta ser creada en 1939 la Escola Nacional de Educación Física e Desportos (ENEFD), en Rio de Janeiro. El presente estudio, desarrollado en disertación de master, verifica las continuidades y discontinuidades en las modificaciones curriculares ocurridas en 1969 y 1987 en el curso de graduación en educación física, partiendo de la creación de ENEFD. Fueron utilizadas la investigación bibliográfica, la investigación documental y la declaración oral como procedimientos metodológicos. Los datos obtenidos demostraron como el proceso inductivo de herencia cultural se hizo tan presente, permaneciendo sin grandes cambios a la prescripción curricular en educación física, excepto con relación a inclusión, exclusión y/o fusión de disciplinas, con énfasis en la idea técnico-biológica y deportiva.*

*PALABRAS CLAVES: Currículo; historia; educación física.*

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Â. C. B. *Novas abordagens sobre o currículo de formação superior em educação física no Brasil*. memória e documentos. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.212, 17 abr. 1939.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei n. 4.024, 20 dez. 1961.

\_\_\_\_\_. CFE. Parecer n. 292, 14 nov. 1962.

\_\_\_\_\_. CFE. Parecer n. 298, 17 nov. 1962.

\_\_\_\_\_. MEC. Portaria n. 22, 24 jul. 1968.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei n. 5.540, 28 nov. 1968.

\_\_\_\_\_. CFE. Resolução n. 9, 6 nov. 1969.

\_\_\_\_\_. CFE. Parecer n. 215, 16 jun. 1987.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil – a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991.

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DACOSTA, L. P. *O novo currículo de formação da professores de educação física: implantação, desenvolvimento e perspectivas (1988-1998)*. Pesquisa CNPq. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998.

ESCOLA NACIONAL de Educação Física e Desportos. *Revista Arquivos*, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil. XIX (18), 1963.

FARIA JUNIOR, A. G. de. Professor de educação física, licenciado generalista. In: OLIVEIRA, V. M. (Org.). *Fundamentos pedagógicos/educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987, p. 34-40.

MALINA, A.; AZEVEDO, Â. C. B. de. Os significados que emergem da formação do primeiro corpo docente da ENEFD. In: OLIVEIRA, V. M. de. *História oral aplicada à educação física brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Central – Universidade Gama Filho, 1998, p. 11-32.

MARINHO, I. P. *História da educação física e dos desportos no Brasil*. V. III, Brasil, República, 1937-1945. Rio de Janeiro: DEF-MEC, 1953.

MELO, V. A. de. *Escola nacional de educação física e desportos – uma possível história*, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, T. T. da (Org.). *O sujeito da educação*. Estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1995

TOJAL, J. B. *Currículo de graduação em educação física – a busca de um modelo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

Recebido: 31 mar. 2003

Aprovado: 30 abr. 2003

Endereço para correspondência

André Malina

Rua Mariz e Barros, 553/703

Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20270-001